

PEP M

OPA atebano M

it do st

20.4.55

# SEGURO

Rubem BRAGA

1232  
SANTIAGO DO CHILE, abril — Pela Panair do Brasil — Entre as causas da inflação chilena — muito mais veloz e acentuada que a brasileira — alguns jornais conservadores citam com frequência as leis sociais. Teriam sido mal calculadas as despesas com pensões, aposentadorias e outros benefícios, e o salário mínimo, aqui chamado "vital", é elevado periódica e automaticamente. Para cumprir os compromissos que assumiu, o Estado é obrigado a emitir.

Não sei até que ponto isso representa um ponto de vista simplesmente reacionário, nem em que medida pode exprimir uma verdade. No Chile intervenção do Estado na vida econômica e social talvez seja ainda mais acentuada que no Brasil; e outro dia eu não pude deixar de sorrir quando uma pessoa da embaixada brasileira em Santiago me perguntou se eu tinha à mão o regulamento da Cofap; um seu amigo, do governo chileno, estava interessado em conhecer a estrutura desse nosso famoso organismo...

Os jornais trazem diariamente, em fartas colunas de matéria paga, verdadeiras polémicas entre órgãos oficiais que controlam a economia e associações e grupos de produtores ou comerciantes particulares. É difícil a um estrangeiro saber quem tem razão; e não raro, como acontece no Brasil, um desses organismos públicos ou semi-públicos deixa mal, em sua defesa, outros órgãos do mesmo caráter. Eu, que há muito tempo desisti de entender o Brasil, é que não vou quebrar a cabeça para compreender o Chile.

Falei, acima, em seguros. Aparece agora um projeto, ainda em estudos, de um tipo de seguro que, com esse caráter obrigatório, ainda não existe no Brasil — pelo menos ao que eu saiba. Trata-se de um seguro escolar obrigatório, que visa beneficiar todos os estudantes do país, desde os das escolas primárias até os de Universidade. O estudante terá assegurados os recursos para continuar seus estudos em caso de morte do chefe da família, de algum revés da fortuna ou quando seja afetado por enfermidade ou acidente, inclusive os que se produzirem na prática de esportes, sempre que ocorram em competições escolares ou sob o auspício de centros educacionais. No caso de doença o projeto prevê assistência médica completa, inclusive hospitalização e remédios. Além disso, ao se formarem, os estudantes sem recursos receberiam pequenos capitais para montar seus gabinetes ou escritórios profissionais ou pequenas indústrias.

O financiamento de tudo isto seria baseado em contribuições do Estado, dos próprios estudantes, além de donativos, heranças, rendas acumuladas, multas, etc. Tudo isso funcionará bem? Ainda é demasiado cedo para dizer. Mas como no Brasil estamos em tempo de campanha eleitoral e, portanto, de projetos e promessas, aí fica uma sugestão chilena... que trocamos pelo regulamento da Cofap.

ELETR.

20/5